

Assembleia entrega novo posto e cobra 'corujão da vacinação'

Fablicio Rodrigues/ALMT

Um novo posto de vacinação em Cuiabá foi aberto na tarde da última sexta-feira (23), em uma estrutura montada no Teatro Zulmira Canavarros, anexo à Assembleia Legislativa de Mato Grosso. O espaço começa a funcionar efetivamente no sábado (24), mas já aplicou as primeiras doses logo após a inauguração. A abertura do novo posto faz parte de uma parceria entre o Legislativo estadual e a Prefeitura. A Assembleia irá fornecer toda a estrutura física, que inclui tendas climatizadas, espaço para o repouso pós-vacina e até mesmo servidores do Qualivida, programa de assistência ambulatorial da Casa de Leis, que conta com profissionais de saúde e ambulância

PÁG. 5



Roque de Sá/Agência Senado



Produção de vacinas vira prioridade

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), afirmou que dará prioridade às discussões do projeto de lei 1.343/2021, que autoriza a produção de vacinas contra covid-19 nas indústrias de produtos veterinários. Autor do projeto, o senador Wellington Fagundes (PL-MT) calcula que será possível produzir cerca de 400 milhões de doses em apenas 3 meses, o que permitiria a vacinação de toda a população brasileira

PÁG. 3

Energisa não poderá cortar energia elétrica

Dezenove deputados estaduais votaram pela derrubada do veto do governador no projeto de lei que proíbe o corte do fornecimento de energia elétrica em Mato Grosso por três meses. A votação foi realizada e a lei deve ser promulgada pela Assembleia Legislativa nos próximos dias. O deputado Eduardo Botelho (DEM) revelou que também está em discussão na Assembleia um projeto de lei para remover das contas de energia os juros por atrasos e a correção monetária durante o período de pandemia

PÁG. 5

Luta contra o tempo pela vacina da Pfizer

A Prefeitura de Cuiabá teve que correr contra o tempo para conseguir os ultracongeladores necessários para armazenar as doses da vacina produzida pela norte-americana Pfizer. Os imunizantes utilizam uma tecnologia que demanda armazenamento a -70°C, mas levantamento preliminar do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems) aponta que menos de metade das capitais têm a estrutura necessária para receber o imunizante, a situação de Cuiabá ainda era incerta

PÁG. 4



Luiz Alves/Secom-MT

'Choque do ICMS' religa debate das isenções

Após o 'choque' causado pela volta da cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas contas de energia dos consumidores que têm painéis solares instalados em casa, o governo de Mato Grosso anunciou na última quinta-feira (22) que irá propor ao Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) a ampliação da isenção da energia solar. A cobrança de ICMS sobre a tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD) pegou os consumidores de surpresa no mês de abril. A fatura que costumava vir na faixa de R\$ 55, apenas com a taxa mínima, saltou para mais de R\$ 120 em abril

PÁG. 7

Famílias estão passando fome

Em um ano de pandemia, o consumo de alimentos básicos da dieta dos brasileiros diminuiu. No Centro-Oeste, cerca de 54,6% das famílias sofrem insegurança alimentar. Ou seja, deixaram ou não estão consumindo carne, queijo, hortaliças e legumes. A pesquisa ouviu 2.400 pessoas entre agosto e dezembro do ano passado e mostra a dura realidade do país

PÁG. 6

Mato Grosso articula 4 milhões de doses da Sputnik

Christiano Antonucci - Secom-MT



O Consórcio Brasil Central negocia a compra de mais 28 milhões de doses da vacina Sputnik V, de origem russa. Cada um dos sete estados que compõem o consórcio, entre eles Mato Grosso, deverá ficar com 4 milhões de doses. O quantitativo é referente a uma nova compra e não inclui aquele primeiro lote em que Mato Grosso negociou, com 1,2 milhão de doses, cuja entrega ainda está pendente de aprovação da Anvisa

PÁG. 5

EDITORIAL

Prego no caixão

Por muito tempo ainda irá repercutir a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de declarar suspeito o ex-juiz Sérgio Moro. Não que este fosse um herói nacional, como muitos tentaram erroneamente lhe pintar, mas sim por causa da reverberação que essa decisão – ainda não consolidada, embora já tomada – terá sobre todos os processos da maior operação de combate à corrupção da história do Brasil. Publicado o acórdão, será dada a largada para uma corrida pela revisão da Lava Jato, havendo risco de que todos os já condenados sejam futuramente inocen-

tados, quiçá indenizados pela “prisão arbitrária”.

O martelo ainda não está batido, mas o placar já é praticamente irreversível. Há sete votos a favor e dois contra, faltando apenas mais dois ministros se manifestarem. Seria preciso que ao menos dois dentre os que já votaram mudem de ideia, algo extremamente improvável a esta altura do campeonato.

No Paraná, a Lava Jato teve 179 ações penais, com 553 denúncias e 174 condenações em primeira instância confirmadas em segunda instância. Além disso, teve 209 acordos de delação

premiada e 17 acordos de leniência, que resultaram na devolução de R\$ 4,3 bilhões aos cofres públicos. Os números mostram que não há dúvidas: o ‘Petrolão’ existiu. Agora, no entanto, poderá ser empurrado para debaixo do tapete, com seus envolvidos emergindo impunes.

Não sejamos lenientes. Há sim erros graves na conduta do ex-juiz Moro, explicitados em seus diálogos com a equipe de Deltan Dallagnol, cujas provas foram obtidas de forma ilícita e não também não deveriam servir como base para o processo. Um erro, porém, não justifica o outro. Moro tem todos os seus problemas, mas deixou virtudes claras nos resultados da moribunda Lava Jato.

Sabia era a decisão do ministro Edson Fachin, que entregou Lula na tentativa de salvar a Lava Jato, declarando a perda do objeto do habeas corpus contra Moro antes que fosse julgado. Porém, não conseguiu o respaldo de seus colegas, que fizeram uma escolha das mais estranhas. Primeiro, declararam a incompetência da Justiça Federal de Curitiba para julgar o processo. Agora, com o processo já anulado, querem declarar a suspeição de Moro.

Teoricamente, no meio jurídico, a competência precede a suspeição. Sem juiz competente não há relação jurídica a ser declarada suspeita. Diante disso, fica a pergunta aos operadores de



Direito: como pode alguém ser considerado suspeito em processos que sequer existem?

O resultado final é que réus confessos e já condenados poderão pegar carona nessa sequência de decisões. O cartel de empreiteiras poderá voltar à ativa, ávido por recuperar os ‘prejuízos’ dos últimos anos. Está dada a largada na corrida do revisionismo da Lava Jato.

Setor imobiliário em transe

Vivaldo Lopes (*)

Foi positivamente surpreendente o crescimento do setor da construção em 2020. Num ano atípico, sob o aspecto macroeconômico, quando grande parte da economia se derreteria com o espalhamento e intensificação da covid-19, a forte demanda por imóveis residenciais e sua persistência nos primeiros meses de 2021 chegam a suscitar questionamentos sobre possível formação de uma bolha no mercado imobiliário residencial brasileiro.

O grande impulsionador do segmento residencial foram os juros baixos e a poupança forçada pela impossibilidade de gastos com viagens, turismo e diversão em função do afastamento social imposto pela pandemia. A necessidade de adaptar o ambiente do lar para o trabalho em home office e as pequenas reformas atuaram como importantes coadjuvantes do fenômeno. A concessão de crédito imobiliário mais que dobrou de 2017 para 2020. Ainda assim não chegou ao nível alcançado em 2014, ano de ouro do mercado da construção. Enquanto em 2014 foram registrados 1.024.576 contratos de financiamento imobiliário, em 2020 foram 848.525. A forte queda da Selic

entre setembro de 2016 e agosto do ano passado – de 14,25% para 2% – foi inédito, e propiciou um barateamento importante no crédito, facilitando a aquisição de imóveis pelas famílias. No mercado de crédito, o imobiliário é o que mais guarda relação com a taxa básica de juros do Banco Central. Nesse período (2016-2020) a Selic baixa reduziu o custo efetivo total do crédito imobiliário em torno de 5 pontos percentuais. À título de exemplo, levando em conta um imóvel de R\$ 250 mil – faixa de preço mais demandada – e um financiamento de 20 anos, essa queda de 5 pontos percentuais no custo do financiamento significaria uma redução da dívida em aproximadamente R\$ 90 mil. A partir de uma simulação simples, cada ponto percentual a menos desse custo amplia a demanda em 1 milhão de famílias. Assim, eventualmente 5 milhões de famílias se tornaram aptas a comprar um imóvel pela simples redução da Selic no período.

Dados da Associação Brasileira da Indústria da Construção (Abraic) apontam a heterogeneidade da demanda, com prevalência nas vendas de imóveis de valores menores. Enquanto as vendas no Programa Casa Verde Amarela, programa sequente ao Minha Casa Minha Vida, cresceram 24%,

o mercado de médio e alto padrão retraiu 7%. Segundo a Associação Brasileira de Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip), nos dois primeiros meses deste ano ainda registrou-se aquecimento nas contratações de financiamento, com alta de 83% em relação ao mesmo período do ano passado, demonstrando resiliência do mercado imobiliário, mesmo diante do aumento da pandemia em todo o país. Houve um movimento especulativo entre 2010 e 2014. Muitos compravam apartamentos na planta esperando sua valorização para posterior revenda. Caso isso não acontecesse, vinha o distrato. A mudança na legislação permite que agora só não paga quem realmente não tem capacidade de fazê-lo, pois isso implica perda de recursos.

Em Mato Grosso o setor imobiliário também apresentou boa performance em 2020, com crescimento maior na faixa de imóveis de médio e alto padrão. O crescimento do segmento imobiliário é explicado pelo bom desempenho da economia do estado, além dos fatores já listados no início deste artigo, e também porque as pessoas preferiram investir em imóveis daria mais ganhos do que simplesmente deixar seu em contas de poupança. Outro que contribuiu foi que

parte considerável da renda acumulada no agronegócio foi direcionada para aquisição de imóveis de luxo, em cidades do interior e também na capital. Segundo dados da Abecip, em 2020, a maior parte dos contratos de financiamento imobiliários em Mato Grosso foram feitos por clientes da região metropolitana da capital, induzindo à dedução de que as aquisições nas cidades mais ricas do agro são efetuadas sem a necessidade de financiamento. Menos de 7,5% dos imóveis de alto padrão vendidos em Cuiabá são adquiridos por compradores que residem em outras cidades.

Indica também que as empresas da construção e incorporação sediadas em Cuiabá têm uma faixa de mercado considerável a ser explorado nas cidades do interior, especialmente aquelas que apresentam elevado nível de renda média.

VIVALDO LOPES, economista formado pela UFMT, onde lecionou na Faculdade de Economia. É pós-graduado em MBA-Gestão Financeira Empresarial pela FIA/USP (vivaldo@uol.com.br).



Nova fase da Educação em Mato Grosso

Alan Porto (*)

A educação é parte essencial na vida de todas as pessoas, sejam crianças, jovens ou adultos. Em Mato Grosso e em qualquer lugar do mundo a educação é um dos principais fatores para a formação de cidadãos conscientes e mobilidade social.

É para amparar e dar todo o suporte técnico e financeiro a este movimento que o governador Mauro Mendes apresentou, o “Programa Educação Já, Mato Grosso”, uma série de ações cujos conceitos centrais são o trabalho em regime de colaboração com prefeitos e secretários municipais para elevar a alfabetização e a aprendizagem de qualidade entre os alunos dos dois primeiros anos iniciais do Ensino Fundamental.

Vamos trabalhar em regime de colaboração com o Estado, municípios, escola e sociedade organizada pela qualidade no sistema educacional, pelo regime previsto na Constituição Federal (CF) e no Plano

Nacional de Educação (PNE). Com boas práticas educacionais, baseadas em evidências de outros estados e do mundo. Juntos, vamos colocar a educação de Mato Grosso em índice alto de qualidade.

A organização do programa requer estabelecer e definir metas, indicadores e governança que serão monitorados permanentemente para que a alfabetização e todo o ciclo inicial da educação da primeira infância tenham resultados satisfatórios de ensino e aprendizagem dos alunos.

Uma das premissas centrais do programa baseia-se no fato de que o aluno é do município, independente da rede. E por isso vamos todos juntos fomentar apoio técnico e financeiro necessários para atingir nossos objetivos. E para isso, o governador Mauro Mendes, no lançamento do programa, já deixou claro que haverá recursos públicos suficientes e bem aplicados para investir e prover de infraestrutura física e tecnológica as unidades escolares, graças ao acúmulo de verba pública obtida pela redução de

gastos e equilíbrio fiscal rigoroso implantado pela gestão estadual entre 2019 e 2020.

Essa atitude de gestão responsável em todo o governo e, especificamente na educação, permitiu os investimentos para criar as condições adequadas para a melhoria do ambiente humano e de infraestrutura das escolas estaduais.

Mas, sabemos que o sonho de entender e interpretar o mundo pelo conhecimento permitido pela educação de qualidade requer um esforço coletivo. Com participação de pais, mães e responsáveis pela longa caminhada de pessoas desde a primeira infância até à formação profissional adulta.

Por isso, vamos perseguir nossas convicções, fundamentos, práticas educacionais e planos traçados para melhorar a educação com foco na alfabetização no primeiro e segundo anos do Ensino Fundamental, amparados em um trabalho diário da Seduc e dos municípios.

Queremos colocar a educação de Mato Grosso entre as 5 melhores do Brasil. Para

atingir a meta, sabemos claramente que 70% do sucesso da educação é gente. E, paralelo ao programa de alfabetização colaborativa, já temos planos de valorização profissional, formação continuada dos professores e técnicos e a avaliação periódica da qualidade do ensino ofertado aos nossos estudantes de Mato Grosso.

Sabemos dos obstáculos e barreiras, mas, vamos implementar o regime de colaboração entre o Estado e os municípios na alfabetização para alcançar os sonhos do conhecimento advindo com a educação. E permitir no médio e longo prazo os primeiros degraus da escada para a mobilidade social de que muita gente depende em Mato Grosso e no Brasil para a sobrevivência e a felicidade efetiva.

*ALAN PORTO é secretário de Estado de Educação de Mato Grosso



Pauta climática esquentando

Max Russi (*)

Mato Grosso está no centro de uma discussão global que pouco é debatida por aqui. Somos o celeiro do Brasil, estado reconhecido pelas grandes lavouras e produção de commodities que fazem a balança comercial do país estar sempre positiva. Contudo, pouco se debate a questão climática e ambiental. Em meio a Cúpula de

Líderes sobre o Clima, o assunto repercutiu como uma vaga questão que nada interfere a vida do mato-grossense comum.

Isso tem que mudar. A situação ambiental de um país ou região tem efeitos a curto, médio e longo prazo e seus benefícios ou danos serão sempre sentidos. Explico. O efeito imediato é a qualidade dos meios de vida dos seres vivos, fumaça no ar causada pelas queima-

das, assoreamento e poluição dos rios, contaminação de solos produtivos, e não para mais. É a população sentindo os efeitos físicos da má gestão ambiental. Menos vista e levada em consideração apenas por parcela das camadas produtivas, o efeito a médio prazo é o engajamento de investimentos externos no país e restrição exportações. Isso ocorre porque o custo ambiental está agregado ao custo de produção, logo, se você é negligente para produzir com custo menor o seu produto chega lá fora com o carimbo de desleal, prática essa denominada Dumping Ambiental. Esse tema vale por si só um artigo. Por último, temos as consequências a longo prazo, prazo esse que já está contando há 2 séculos, após o início da industrialização no mundo. Veja, o aquecimento global e a escassez de recursos importantes para a vida é tema antigo e rendeu diversos planos e compromissos governamentais. Não estamos falando de um viés romântico comumente abordado no lema “o que deixaremos para os nossos filhos”, estamos falando de condições cada vez piores de sobrevivência no planeta. Esse custo a longo prazo já está sendo cobrado, seja ele na imputabilidade de grande parte da água do mundo, da diminuição da camada de ozônio, ilhas de plástico à deriva nos mares, queimadas que são visualizadas por satélites e não deixam de nos lembrar: estamos destruindo o único planeta possível de manter a espécie humana.

Compromissos não cumpridos são piores que a falta deles.

Políticas sem perenidade, estruturação e implantação responsável são mais negativas do que a ausência delas, visto que se cria um relaxamento público quanto ao assunto e esvazia as pautas legislativas e executivas da urgência que devem ser tratadas. Voltando ao cenário estadual, ao qual acompanho com mais intensidade, não precisa ser nenhum especialista para perceber que as queimadas no Pantanal, secas históricas, desmatamento recorde no mês de março/21 na região norte e a ausência de ações efetivas para solucionar esses problemas estão inteiramente relacionadas. O afrouxamento da fiscalização, a redução de verbas, equipamentos e pessoal nos órgãos de controle ambiental são incentivos em terras onde a lei ambiental não é tão lei assim.

Dado todo esse cenário, faço um questionamento: o que perdemos fazendo uma boa gestão ambiental, reduzindo todos esses danos e efeitos? A resposta é simples. Como estado e população não perdemos nada, só ganhamos. O que nos leva a conclusão que o bem estar social e coletivo não está sendo a prioridade política em nosso país.

Isso tem que mudar.

MAX RUSSI é presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso.



Jornal
IMPRESSO MT
FUNDADO EM 2020
CNPJ: 06.147.693/0001-26

ADMINISTRAÇÃO:
DIRETOR GERAL:
CLAUDINEY FALLCÃO SANTOS

EDITOR CHEFE:
GABRIEL SOARES

EDITOR DE ARTE:
AQUILES A. AMORIM

Os artigos de opinião assinados por colaboradores e/ou articulistas são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste veículo.

Colabore com o debate público sobre nosso estado. Envie artigos e opiniões para:
Email: impressomt@gmail.com - Site: www.oimpressomt.com.br

Av. Thomé de Arruda Fortes nº 221, Bairro: Morada do Ouro, Cuiabá - MT, Cep: 78.053-505
Telefone: 65 99696-6688

ACELERA ZÉ GOTINHA

Projeto que permite a produção de vacinas contra covid-19 em indústrias de produtos veterinários ganha prioridade em tramitação no Senado

'Vacina do agro' vira prioridade

Roque de Sá/Agência Senado



Gabriel Soares

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), afirmou que dará prioridade às discussões do projeto de lei 1.343/2021, que autoriza a produção de vacinas contra covid-19 nas indústrias de produtos veterinários. A iniciativa também ganhou adesão dos deputados que integram a Frente Parlamentar de Agricultura e Pecuária (FPA).

O autor do projeto, senador Wellington Fagundes (PL-MT), calcula que as fábricas veterinárias conseguirão produzir cerca de 400

milhões de doses de vacina contra a covid-19 em apenas 3 meses, o que permitiria a vacinação de toda a população brasileira. Conforme noticiado pelo Estadão Mato Grosso na última terça-feira (20), a proposta já recebeu sinal verde da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Fagundes detalhou aos parlamentares os encaminhamentos que já foram tomados até agora, incluindo as tratativas para que as quatro plantas industriais trabalhem na produção do Insumo Farmacêutico Ativo (IFA), que ser como base para produção das vacinas. O senador ainda destacou que é fundamental que o Brasil passe a produzir a própria vacina.

“O Brasil dispõe de um grande parque industrial, que pode perfeitamente garantir vacina suficiente para a população brasileira

e ainda ser um grande produtor de vacina para o mundo”, pontuou.

O senador Zequinha Marinho (PSC-SC), que presidiu a reunião da FPA, também enfatizou a importância da proposta e garantiu esforços para que a matéria seja apreciada o mais breve possível no Senado.

“A Frente Parlamentar estará empenhada não apenas em aprovar o projeto, mas também em ajudar a viabilizar essa proposta que é fundamental para o Brasil”, disse.

O projeto estabelece que todas as fases relacionadas à produção e ao armazenamento das vacinas deverão ocorrer em dependências fisicamente separadas das que, numa mesma estrutura industrial, sejam usadas para a fabricação de produtos de uso veterinário. O controle será feito pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (An-



Pacheco pretende dar prioridade a projeto de Wellington que libera produção de vacinas em fábricas veterinárias

visa), nos termos da Lei nº 9.782, 1999.

APOIO DO GOVERNO - O ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Marcos Pontes, também

referendou a iniciativa do senador Wellington Fagundes. Os dois se reuniram à tarde, a pedido do relator, que conheceu maiores de-

talhes dos projetos que estão sendo encaminhados pela Rede Vírus, visando o desenvolvimento de uma vacina nacional.

DE OLHO EM 2022

Aécio aposta na volta de Bolsonaro para PSL crescer

Da redação

Aécio de Souza Rodrigues, presidente estadual do PSL, revelou que será o candidato do partido ao cargo de deputado federal. Ele aposta na popularidade da sigla, com a possibilidade de retorno do presidente Jair Bolsonaro ao partido, para continuar sendo a maior bancada dentro da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT).

Uma candidatura ao governo do Estado não está nos planos de Aécio, que concorreu à Prefeitura de Cuiabá em 2020 e ficou em quinto lugar. Ele quer uma vaga em Brasília e está trabalhando para viabilizar seu nome. Já em relação ao Parlamento Estadual, o presidente do PSL diz que o partido já está montando uma chapa e

tem mais de 20 nomes para concorrer a uma vaga na AL.

“Hoje temos quatro deputados estaduais e o alinhamento entre eles está muito bom. Já montamos uma chapa e temos 25 nomes para concorrer na eleição estadual. A gente estuda hoje fazer três vagas, mas o intuito é manter as quatro cadeiras. Já eu pretendo ser candidato a deputado federal e estamos trabalhando para isso. Hoje o PSL tem o seu protagonismo”, disse Aécio.

Atualmente o partido conta com Delegado Claudinei, Elizeu Nascimento, Gilberto Cattani e Ulysses Moraes na Assembleia Legislativa. Para Aécio não há certeza de que eles serão reeleitos, pois “tudo vai depender do trabalho

apresentado” pelos parlamentares ao longo de quatro anos na Casa de Leis estadual.

Aécio também afirmou que há possibilidade de que o deputado federal José Medeiros (Podemos) filie-se ao PSL para acompanhar o presidente Jair Bolsonaro. A tese fica mais forte após o anúncio de que Bolsonaro apoiará a candidatura de Medeiros ao Senado em 2022.

Apesar de acreditar na possibilidade, Aécio deixou claro que ainda não entrou em contato com Medeiros. Ele aposta que, como o deputado afirmou que irá se filiar ao mesmo partido que o presidente, é natural que Medeiros venha reforçar a sigla se Bolsonaro aceitar o convite feito por Luciano Bivar, presidente nacional do PSL.

DECISÃO DO TCE

Contrato de concessão do Ganha Tempo é anulado

Gabriel Soares

A anulação do contrato de concessão das unidades do Ganha Tempo para o Consórcio Rio Verde foi oficializada pelo governo do Estado na última quinta-feira (22). A concessionária é acusada de fraudar atendimentos no órgão para ‘engordar’ as verbas recebidas do governo do Estado, causando prejuízo de aproximadamente R\$ 13 milhões aos cofres públicos.

O encerramento do contrato foi determinado pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-MT) em decisão colegiada, cujo acórdão foi publicado no dia 12 de abril deste ano. A concessionária teria realizado mais de 100 mil ‘atendimentos fantasmas’. O esquema foi revelado por uma auditoria da Controladoria Geral do Estado e resultou na deflagração Ope-

ração Tempo é Dinheiro, da Polícia Civil, em setembro de 2020.

Inicialmente, o prejuízo causado pelas fraudes era estimado em R\$ 6,4 milhões. Em dezembro de 2020 a Justiça autorizou a prorrogação do inquérito por 90 dias e dobrou o valor bloqueado, após a descoberta de novas fraudes durante a investigação.

O governo agora estuda se irá chamar a segunda colocada na licitação para concessão do Ganha Tempo. Foi determinada a realização de um estudo de viabilidade técnica, econômica, financeira e jurídica para avaliar se é mais vantajoso para o Estado manter a concessão ou assumir definitivamente a gestão do Ganha Tempo. O relatório deve ser apresentado em até 90 dias.

Neste ‘meio-tempo’, o governo do Estado seguirá administrando o

Ganha Tempo com os funcionários contratados pelo Consórcio Rio Verde, com o objetivo de evitar a suspensão dos atendimentos. Isso porque um estudo realizado pela Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag) constatou que a contratação de novos funcionários poderia levar à suspensão dos atendimentos por mais de 30 dias, enquanto a manutenção dos mesmos trabalhadores resultaria em apenas 3 dias para ‘processamento’.

A INVESTIGAÇÃO - O esquema investigado na Operação Tempo é Dinheiro foi revelado após uma auditoria da Controladoria Geral do Estado (CGE). O Estadão Mato Grosso teve acesso ao relatório, que apontava o registro de atendimentos fantasmas que geraram aumento indevido de 39,4% nos valores pagos pelo Estado.

‘PANO PRA MANGA’

Vereadores ‘não engolem’ troca do VLT pelo BRT

Da redação

A licitação para implantação do novo modal de transporte público em Cuiabá e Várzea Grande já tem até data prevista, mas a conversa ainda está longe de ser encerrada. Uma nova reunião para debater a troca do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) pelo Ônibus de Trânsito Rápido (BRT) foi realizada na manhã da última quinta-feira (22), no Palácio Paiaçuás, entre técnicos do governo e vereadores de Cuiabá.

O encontro não foi suficiente para convencer o presidente da Câmara Municipal de Cuiabá, Juca do Guaraná (MDB), de que o BRT é a melhor opção que o VLT.

Após ouvir as explicações do engenheiro Rafael Detoni Moraes, da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (Sinfra), Juca disse que ainda precisa de mais informações para formar sua convicção.

“Nós gostaríamos de ter sido ouvidos antes, tanto que pedimos a audiência no dia 5 de janeiro. Não saio convencido que o BRT é melhor. A bem da verdade, essa é a primeira vez que tivemos a oportunidade de ser ouvidos. Nós vamos cobrar o prefeito Emanuel Pinheiro (MDB) para que possamos fazer o debate. A vereadora Edna Sampaio (PT) sugeriu que façamos audiência pública, porque a população cuiabana não

pode ser pega de surpresa”, disse.

Juca ainda afirmou que nutre esperanças de que o VLT seja terminado, pois a Caixa Econômica Federal (CEF) ainda precisa autorizar a transferência de financiamento antes de começarem as obras para implantação do BRT. Ele aposta que o martelo ainda não foi batido e conta inclusive com intervenções do Ministério Público para mudar o rumo da conversa.

Já o líder do prefeito na Câmara Municipal, Mário Nadaf (PV), explicou que a sua preocupação maior é com relação aos investimentos que já foram feitos na obra inacabada do VLT, que já consumiram mais de R\$ 1 bilhão dos cofres públicos.

Representante do governo, Rafael Detoni afirmou que a reunião aconteceu a pedido do presidente da Câmara. No encontro, ele apresentou os números e estudos técnicos que embasaram a decisão do governador Mauro Mendes (DEM) pela troca do modal, e garantiu que não haverá empecilhos com a Caixa Econômica para troca do modal.

“O objetivo final, que é a reestruturação e melhoria do transporte, está mantido. A alteração tecnológica de sair do trilho e ir para o pneu é apenas uma modificação de veículo. O objeto permanece e os estudos levantados foram no sentido de apresentar a viabilidade econômica e financeira de cada um deles”, argumentou o engenheiro.



Juca ainda acredita na conclusão do VLT e aposta até em intervenção do MP pelo modal

A BATALHA DA SPUTNIK

Senador revela que técnicos do Ministério da Saúde garantiram que o governo federal irá pagar pelas doses para incluí-las no Plano Nacional

União vai confiscar vacinas de MT

Gilberto Leite



Da redação

O senador Wellington Fagundes (PL) afirmou que já é certo que as vacinas compradas pelo governo de Mato Grosso ficaram retidas pelo Ministério da Saúde, para uso no Programa Nacional de Imunização contra a Covid-19.

O governador Mauro Mendes (DEM) negociou a compra de 1,2 milhão de doses da Sputnik V, vacina produzida pelo instituto russo Gamaleya. A importação dessa vacina é a principal aposta do estado para deslançar no programa de vacinação, permitindo a imunização de todos os adultos com mais de 30 anos até junho.

Wellington revelou que teve uma reunião com representantes do

Ministério da Saúde na sexta-feira (16). Na ocasião, eles garantiram que o governo federal irá pagar as vacinas compradas pelos Estados para poder incorporar as 37 milhões de doses compradas por 14 governadores no Plano Nacional de Imunização (PNI).

“Pelo acordo entre governadores e o Ministério da Saúde, essas vacinas não virão para Mato Grosso diretamente. Elas entrarão no Programa Nacional de Imunização e é válido o esforço do governo do Estado nessa compra, mas quem deverá pagar é o próprio Ministério da Saúde”, afirmou.

O senador também informou que os técnicos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) estão na Rússia desde segunda (19), para realizar as inspeções nas fábricas do imunizante russo, um requisito da agência para liberar a vacina devido à dificuldade de conseguir acesso à documentação.

Fagundes acredita que a Anvisa irá liberar a Sputnik V já nos próximos dias, o que trará

um reforço na imunização nacional. O senador também afirmou que todas as vacinas produzidas no país, por meio da parceria com o laboratório União Química, serão compradas pelo Ministério da Saúde.

JÁ ERA ESPERADO - A possibilidade de confisco das vacinas já era prevista pelo governador Mauro Mendes desde quando anunciou a compra da Sputnik V, no dia 31 de março. Na ocasião, ele afirmou que não pretendia dar as vacinas para o governo federal, mas que poderia ser obrigado a entregá-la diante de uma requisição administrativa. Para isso, no entanto, o governo teria que ressarcir o investimento dos estados, ao preço de US\$ 9,95 cada dose.

“Eu prefiro que ele não pague e Mato Grosso possa ficar com a vacina e não ir para o PNI”, disse o governador, à época.

O grupo de governadores que articulou a compra direta das vacinas ainda tenta se mobilizar para impedir a requisição da Sputnik V.



Senador diz que confisco das vacinas de MT pelo Ministério da Saúde já é tido como certo

LUZ NO FIM DO TÚNEL

Anvisa libera 'vacina do agro'

Da redação

O senador Wellington Fagundes (PL) revelou que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) deu sinal verde para que sejam produzidas vacinas contra o coronavírus em fábricas de saúde animal. O sinal positivo, segundo ele, foi dado durante reunião realizada na última sexta-feira (16).

De acordo com o senador, o próximo passo é buscar a transferência de tecnologia para dar início à produção dos imunizantes.

“A previsão das indústrias é a seguinte: após a autorização e a transferência da tecnologia que é apenas a semente, a célula-mãe, eles podem produzir em 90 dias 300 a 400 milhões de doses. Em relação à tecnologia prati-

camente está definida e tem três grandes indústrias que querem fazer essa transferência tecnológica para o Brasil”, disse Wellington.

Wellington frisou que o país desmobilizou as suas indústrias de vacinas e hoje somente há fabricação na Fiocruz e no Butantan, que não são indústrias, e sim institutos de pesquisas, o que faz a produção ser limitada.

“Temos um grande parque industrial que pode perfeitamente com que o Brasil tenha vacina suficiente para vacinar a população brasileira e ainda ser um grande produtor de vacina para o mundo”, acrescentou, se referindo à indústria de vacinas contra a febre aftosa.

Fagundes disse que o modus operandi na fabricação da vacina contra

a febre aftosa é o mesmo utilizado na fabricação de imunizantes contra o novo coronavírus, com o vírus inativado.

Paralela a essa fabricação, Wellington detalhou que o Brasil está realizando uma pesquisa para desenvolver a vacina aqui no Brasil também, que dentro do curto espaço de tempo, o país já terá a tecnologia 100% nacional.

O senador, que também é médico veterinário de formação, explicou que o coronavírus já são estudados há mais de 40 anos no país e o Brasil inclusive produz vacina contra o coronavírus para aves, mas que a nova cepa Sars-CoV-2, surgiu como uma mutação da zoonose, que é a transmissão de doenças dos animais para o homem e do homem para os animais.

RESPIRADORES FALSOS

Justiça mantém prisão de 'pirata'

Gabriel Soares

A 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Mato Grosso negou habeas corpus pedido pelo empresário Ramos de Faria e Silva Filho, preso em abril de 2020 por envolvimento na venda de respiradores falsificados ao município de Rondonópolis. O acórdão foi publicado no Diário de Justiça Eletrônico da segunda-feira (19).

Conforme denúncia do Ministério Público Estadual (MP-MT), Ramos de Farias e Silva Filho é proprietário da “Life Med Comércio de Produtos Hospitalares”, empresa de fachada aberta em setembro de 2019 no estado do Tocantins, que sequer possui sede física.

A empresa venceu licitação para fornecer ao município de Rondonópolis 22 respiradores

para enfrentamento à pandemia de covid-19, ao custo de R\$ 4,1 milhões. Contudo, Ramos teria usado uma outra empresa, também sua, para comprar monitores cardíacos – que têm preços muito inferiores – e falsificá-los para parecerem respiradores pulmonares.

No dia 11 de dezembro de 2020, Ramos Faria foi condenado a oito anos de prisão por estelionato e lavagem de dinheiro. No entanto, o Ministério Público recorreu da sentença pedindo sua majoração diante da gravidade dos crimes cometidos.

A defesa de Ramos recorreu à 2ª instância da Justiça Estadual alegando não haver elementos suficientes para manter a prisão preventiva, com o objetivo de que o empresário pudesse recorrer da sentença em liberdade. O

habeas corpus foi rejeitado por unanimidade.

Em seu voto, o desembargador Pedro Sakamoto, relator do processo, afirmou que há entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) de que a impossibilidade de execução provisória da pena não se aplica nos casos em que há necessidade de garantia da ordem pública e quando o réu é considerado de alta periculosidade.

“O mero fato de o magistrado, em uma decisão judicial, citar a possível ocorrência de um delito não capitulado pelo Delegado de Polícia ou pelo Ministério Público, dentro do contexto fático que lhe é apresentado, é legítimo exercício da atividade jurisdicional, não havendo falar em suspeição do juiz”, concluiu.

APOIO DO EMPRESARIADO

Cuiabá garante freezers para receber a Pfizer

Luiz Alves/Secom-MT



Secretária diz que Cuiabá conseguiu freezers a tempo de garantir doses da vacina da Pfizer

Da redação

A secretária municipal de Saúde, Ozenira Félix, garantiu ao Estadão Mato Grosso, em entrevista realizada na terça-feira (20), que Cuiabá receberá as primeiras doses da vacina produzida pela Pfizer. A capital corria o risco de ser excluída da distribuição por não ter um ultracongelador, capaz de atingir a temperatura de -70°C, necessária para conservação do imunizante.

A Prefeitura corria contra o tempo, já que o Ministério da Saúde deu até o final desta tarde para as capitais se

manifestarem sobre a disponibilidade dos ultracongeladores. A estimativa inicial apontava que menos da metade das capitais brasileiras teriam condições de receber a vacina norte-americana.

Em conversa com a reportagem do Estadão, Ozenira explicou que o prefeito Emanuel Pinheiro (MDB) conseguiu as câmaras frias para armazenar os imunizantes em parceria com a iniciativa privada.

“Houve um comprometimento do setor empresarial. Conseguimos ajuda e doações e as vacinas chegarão em Cuiabá. O deputado federal

Emanuelzinho (PTB) também nos ajudou e, caso não conseguíssemos essas câmaras, Cuiabá já estava com dinheiro para compra dos freezers”, detalhou, explicando que as câmaras também poderão ser usadas para armazenar outras vacinas.

O primeiro lote da vacina Cominarty, desenvolvida pela Pfizer em parceria com a BioNTech, chegará ao Brasil no dia 29 de abril, contendo 1 milhão de doses. A expectativa é que os imunizantes já estejam disponíveis nas capitais até o dia 1º de maio.

A quantidade que será enviada para

Cuiabá ainda não foi definida pelo Ministério da Saúde. A regra do Programa Nacional de Imunização (PNI) tem sido a busca de distribuição igualitária para estados, conforme a quantidade de habitantes nos grupos prioritários.

O Ministério da Saúde ressaltou que nenhuma cidade será prejudicada pelos critérios técnicos necessários para conservar a vacina da Pfizer. As cidades que não dispõem de câmaras frias continuarão receber as vacinas Coronavac (Sinovac/Butantan) e Covishield (AstraZeneca/Fiocruz).

SPUTNIK V

Consórcio Brasil Central negocia a aquisição de novas doses da vacina russa, suficientes para vacinar toda a população do estado

MT pode comprar mais 4 milhões

Arquivo/Secom-MT



Da redação

O Consórcio Brasil Central negocia a compra de mais 28 milhões de doses da vacina Sputnik V, de origem russa, contra a covid-19. Cada um dos sete estados que compõem o consórcio, entre eles Mato Grosso, deverá ficar com 4 milhões de doses. O quantitativo é referente a uma nova compra e não inclui aquele primeiro lote em que Mato Grosso negociou a compra de 1,2 milhão de doses, cuja entrega ainda está pendente de aprovação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Compõem o consórcio o Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Tocantins.

Ainda não é certo que, finalizada a compra, es-

sas doses sejam encaminhadas aos Estados. Isso porque o Plano Nacional de Imunização (PNI) pode requisitar administrativamente o lote e o incorporar ao plano nacional, gerido pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

O próprio consórcio, durante reunião realizada nesta quinta-feira, 22 de abril, já se posicionou a não ser contrário a essa transferência, desde que remunerados ou que haja aumento proporcional nas cotas que serão entregues pelo Ministério da Saúde.

Sobre essa possibilidade, o governador de Mato Grosso, Mauro Mendes (DEM), sugeriu que o Estado fique com as doses compradas e que o Ministério da Saúde desconte o quantitativo dos próximos lotes a serem entregues. A fala do governador foi feita ainda sobre a primeira compra, de 1,2 milhão de doses.

De acordo com a assessoria de imprensa do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, o contrato de compra e venda das 28 milhões de doses deverá chegar



Caso se confirme a compra do Consórcio, Mato Grosso terá doses suficientes para vacinar toda sua população

a Brasília nos próximos dias.

DOSES EMPERRADAS - Os Estados do consórcio deveriam estar recebendo, nesta última semana de abril, o primeiro lote da compra já feita, à qual Mato Grosso adquiriu 1,2 milhão. Devido à vacina ainda

não ter autorização para ser aplicada no país, as doses estão travadas. O processo burocrático para sua aprovação emperrou por falta de documentação do laboratório, que deve atender às exigências da Anvisa.

Diante do impasse, o Estado do Maranhão

conseguiu uma liminar no Supremo Tribunal Federal (STF) para importar as vacinas, mesmo sem autorização da Anvisa, caso a agência não dê nenhum posicionamento do caso até 28 de abril.

A Procuradoria do Distrito Federal pre-

tende ingressar na Justiça para que a liminar concedida ao Estado do Maranhão seja estendida aos demais membros do consórcio, para que todos possam importar a vacina e dar início à vacinação de sua população.

ACELERA!

Assembleia Legislativa entrega novo posto de vacinação

Da redação

Um novo posto de vacinação em Cuiabá foi aberto na tarde da última sexta-feira (23), em uma estrutura montada no Teatro Zulmira Canavarros, anexo à Assembleia Legislativa de Mato Grosso. O espaço começa a funcionar efetivamente no sábado (24).

A abertura do novo polo de vacinação faz parte de uma parceria entre o Legislativo estadual e a Prefeitura. A Assembleia irá fornecer toda a estrutura física, que inclui

tendas climatizadas, espaço para o repouso pós-vacina e até mesmo servidores do Qualidade, que conta com profissionais de saúde e ambulância.

“Estamos em parceria com a Assembleia Legislativa hoje, abrindo mais um ponto de vacinação, que vai ajudar a acelerar a vacinação da população cuiabana. Se tiver vacina, vamos fazer corujão, como quer o Max [Russi, presidente da Assembleia]. Vamos vacinar 24 horas. Não vamos parar um minuto”,

disse o prefeito Emanuel Pinheiro (MDB).

O deputado Max Russi (PSB) afirmou que a Assembleia deverá manter o ponto de vacinação por até quatro meses, até que a capital receba quantidade suficiente de vacinas para levar a campanha até os bairros. A parceria inclui a pretensão de instalar o ‘Corujão da Vacinação’ no local, com aplicações no período noturno.

“Já fizemos uma proposta junto ao prefeito para que possamos vacinar a população no período noturno, atendendo

quem trabalha durante o dia e tem dificuldades de sair do trabalho. Tudo foi montado com recursos da Assembleia”, afirmou.

Emanuel reconheceu que há necessidade de ampliar a descentralização, mas destacou que é preciso ter garantia de que haverá vacinas suficientes para tal. Ele também criticou os problemas de logística do governo federal, pois a Prefeitura não é informada antecipadamente sobre os novos lotes que serão enviados. Segundo ele, isso

atrapalha o planejamento e acaba comprometendo a eficiência da vacinação.

Apesar disso, Emanuel afirmou que não pretende utilizar as vacinas destinadas à segunda dose para acelerar artificialmente os dados de aplicação da vacina.

“Aqui em Cuiabá, quem vacinou a primeira dose pode dormir. Se for Coronavac, daqui a 28 dias pode ir lá que você vai tomar a segunda dose. Não existe a menor possibilidade. [...] Não estamos estocando, estamos cuidando daquilo

que não me pertence. A sua vacina não está escondida, está guardada para você, porque é seu patrimônio”, concluiu.

Durante a inauguração, houve a vacinação de alguns policiais. A primeira imunizada foi Elisabete de Moraes Medeiros, que atua na Coordenadoria Militar do Legislativo.

Além do novo posto na Assembleia, Cuiabá também mantém postos de vacinação no Centro de Eventos do Pantanal, Sesc Balneário, Sesi Papa (drive-thru) e UFMT (drive-thru).

VETO DERRUBADO

Energisa não poderá cortar energia durante três meses

Da redação

Dezenove deputados estaduais votaram pela derrubada do veto do governador no projeto de lei que proíbe o corte do fornecimento de energia elétrica em Mato Grosso por três meses. A votação foi realizada na manhã da última segunda-feira (19) e a lei deve ser promulgada pela Assembleia Legislativa nos próximos dias.

O projeto de lei havia sido aprovado pelos deputados no dia 22 de março, mas o governador Mauro Mendes (DEM) vetou a matéria, apontando suposta inconstitucionalidade. Contudo, os deputados dizem não haver tal problema.

Segundo o primeiro-secretário da Casa, Eduardo Botelho (DEM),

o Supremo Tribunal Federal (STF) já julgou casos similares recentemente, e formou ampla maioria pela legalidade da proibição de cortes durante o período de pandemia.

“Nós estamos vivendo um momento difícil. Muitas empresas, muitas pessoas estão passando por dificuldades, sobretudo o comércio. Aqueles pequenos comércios que estão sem movimento e não têm como pagar a sua conta de energia. Então, neste momento, não é justificável você chegar lá e cortar. Essa é a justificativa pelo que nós derubamos o veto”, disse o primeiro-secretário da Assembleia Legislativa, Eduardo Botelho (DEM).

Botelho revelou que também está em discussão na Assembleia

um projeto de lei para remover das contas de energia os juros por atrasos ou qualquer tipo de correção monetária durante o período de pandemia.

O projeto que proíbe o corte de energia é válido para pessoas físicas e jurídicas em todo estado. Só que a orientação é para que a pessoa não deixe de pagar suas faturas. Afinal, a conta pode acumular e precisará ser paga um dia.

“Eu recomendo quem tem condições de pagar, que pague. Nós não estamos dando uma moratória, nós estamos dando um prazo sem a possibilidade de corte e depois um outro projeto [criará] a possibilidade de parcelar isso sem juros. Mas, estamos recomendando que pague”, detalhou Botelho.

SOCORRO

Russi quer ampliar isenção de IPVA para autoescolas

Da redação

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Max Russi (PSB), quer que o governo do estado também isente os veículos das autoescolas do Imposto Sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA). Ainda na sessão ordinária, o parlamentar pediu a redução do imposto, em ao menos 50%, aos transportadores de carga do Estado.

A primeira proposta feita por Russi, por meio de uma indicação, veio através da reivindicação do Sindicato dos Centros de Formação de Condutores de Mato Grosso (Sindauto-MT).

“Essa crise financeira, causada pela pandemia que estamos vivendo, não foi diferente para as Autoescolas. Os profissionais estão impedidos

de trabalhar, sem poder ministrar aulas, em virtude das medidas de segurança contra a covid-19”, justificou.

Já a outra cobrança, onde o parlamentar pede a redução de menos da metade do valor do IPVA cobrado aos transportadores de carga, foi uma reivindicação dos vereadores Geralmino Alves Neto, Wanderli Vilela dos Santos e Jaime Rodrigues, de Barra do Garças. Conforme uma das justificativas da proposição, no ano passado o desconto foi concedido aos profissionais do transporte de passageiros, como forma de auxílio.

“Essa também foi uma classe muito afetada pelas medidas preconizadas pelas autoridades de saúde, em virtude dessa pandemia. As demandas das atividades diminuíram drasticamente, além

do preço do diesel, que subiu consideravelmente”, explicou.

Na semana passada, o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Max Russi, classificou a aprovação do Projeto de Lei nº 226/21, de autoria do Executivo e que isenta diversos setores comerciais do pagamento de Imposto sobre Propriedades de Veículos Automotores (IPVA) em 2021, como um verdadeiro “alcançe social”.

O parlamentar, que tem protagonizado diversas frentes sociais e de desenvolvimento econômico que buscam aliviar os efeitos restritivos da pandemia nos diversos setores e segmentos, atuou nas tratativas para garantir a aprovação do PL no Legislativo. A medida vai beneficiar cerca de 550 mil contribuintes em Mato Grosso.

REFLEXOS DA PANDEMIA

Carne, ovos, queijos, hortaliças e legumes têm consumo reduzido pela população brasileiras em geral

Famílias deixam de se alimentar

Andre Borges/Agência Brasília



Da redação

A redução do consumo de alimentos básicos durante a pandemia foi exposta em estudo entre pesquisadores da Universidade Livre de Berlim em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais e Universidade de Brasília. A população enfrenta a fome e os riscos da insegurança alimentar, diminuindo a ingestão de carnes, frutas, queijos, hortaliças e legumes, que deveriam compor o cardápio diário.

Os pesquisadores ouviram 2.004 pessoas das cinco regiões do país, entre agosto e dezembro de 2020, considerando marcadores sociais como gênero, raça/cor, escolaridade, situação territorial e renda per capita. Dos mais de dois mil entrevistados,

59,4% estão em situação de insegurança alimentar, o que representaria 6 em cada 10 brasileiros. Apenas 40,6% tem segurança alimentar. Ou seja, mais da metade não tem acesso a alimentos básicos para suprir suas necessidades diárias.

Na região Centro-Oeste, 54,6% das famílias sofrem insegurança alimentar. A região Nordeste é a que mais apresentou famílias vivendo sem segurança alimentar, com cerca de 73,1% dos entrevistados sem conseguir suprir suas necessidades básicas diárias. Em seguida vem Norte, com 67,7% e Centro-Oeste. Sudeste 63,5% e, por último, o Sul com 51,6%.

DIMINUIÇÃO DOS ALIMENTOS - Houve uma redução de mais de 85% do consumo de alimentos saudáveis entre os entrevistados em situação de insegurança alimentar. Os alimentos saudáveis mencionados pela pesquisa incluem carnes, com consumo reduzido em 44% na pandemia; frutas, com diminuição de 40,8%; queijos, em 40,4%; e hortaliças e legumes, com redução de 36,8%.

A redução foi menor entre as famílias em situação de segurança alimentar, variando entre 7% a 15%. Antes da pandemia, os domicílios em insegurança alimentar já consumiam de forma irregular os alimentos citados: carne (72,6%), hortaliças e legumes (67,2%), frutas (66,5) e queijos (62,5%).

"Essa diminuição pode ter relação com o aumento do preço da carne. Algumas ficaram desempregadas e isso também acarreta no deixar de consumir. A falta da proteína na dieta pode ocasionar desnutrição, queda no peso, problemas de enfraquecimento na pele e unhas, pela falta das vitaminas e minerais que a carne proporciona", comentou Kimberly Flores, nutricionista.

Em contra partida, doces e guloseimas, considerados alimentos de baixo valor nutricional e com alto teor de açúcar e gordura, tiveram um aumento de 9% no consumo durante a pandemia.

"Esse aumento no consumo de açúcares pode causar diabetes, gordura no fígado



Alimentos saudáveis como carne, queijos, frutas, hortaliças e legumes sofreram redução de consumo durante a pandemia

por conta do excesso de gordura e, consequentemente, a obesidade. Além de outros problemas de saúde que podem surgir futuramente. Com a diminuição de proteína, é comum o aumento de carboidratos e açúcar", justificou.

OVO EM DESTAQUE - O alimento que teve

mais destaque durante o estudo foi o mais consumido (18,8%). Este aumento pode estar relacionado, segundo a pesquisa, à substituição do consumo de carne. "Caso a família não tenha condições de comprar a carne, a substituição pelo ovo é uma ótima opção. Ele é rico

em proteína, vitaminas e minerais. Até aqueles que não querem consumir carne, o ovo tem muitos benefícios para a saúde. É um excelente alimento e traz saciedade, podendo ser consumido em qualquer horário, no café, no almoço e na janta", pontuou a nutricionista.

Mulheres e negros são afetados

Da redação

A pesquisa também revela que as casas chefiadas por apenas uma pessoa são as mais afetadas (66,3%), sobretudo quando se trata de uma mulher (73,8%) ou pessoa negra (67,8% para autodeclarados pardos e 66,8% para pretos). As famílias que possuem crianças de até 4 anos também sofrem maiores dificuldades (70,6%). Cerca de 75,5% das famílias que moram em área rural apresentam vulnerabilidade contra 55,7% das famílias das áreas urbanas.

"A análise dos dados sobre o perfil de consumo de alimentos conjun-

gados com a proporção da insegurança alimentar nos domicílios brasileiros, mostra a gravidade da carência ao acesso a alimentos saudáveis que os lares brasileiros têm passado durante a pandemia, que afeta sobretudo alguns estratos da população brasileira: mulheres, pessoas de cor ou raça preta e parca, moradores das regiões Norte e Nordeste e de áreas rurais, domicílios com crianças e com menor renda per capita", diz trecho do relatório.

Beneficiários de programas assistenciais apresentam maior índice de insegurança alimentar. Conforme a

pesquisa, 88,2% dos beneficiários do Bolsa Família não tem acesso aos alimentos básicos para uma dieta saudável. Esse índice cai para 74,1% entre os beneficiários do auxílio emergencial e 56,4% entre os aposentados.

Dos beneficiários do auxílio emergencial, 63% disseram que usaram o dinheiro para comprar comida, outros 27,8% usaram para pagar dívidas e 9,2% aplicaram em outras finalidades. Com base nos dados, o estudo conclui que a insegurança alimentar poderia ser ainda maior caso não houvesse o auxílio emergencial.

ANIMAIS EM PAUTA

Abandono e maus-tratos crescem

Da redação

Cuiabá registrou 98 denúncias de abandono e maus-tratos de animais nos três primeiros meses deste ano, de acordo com dados da Diretoria de Bem-estar Animal. O número registrado é o dobro da média mensal dos dois últimos anos (2018 e 2019).

"A pandemia deixou as pessoas inseguras, muitos perderam o emprego e acredito que isso tenha contribuído para o aumento nos casos de abandono de animais. Mas aumentaram também os casos de maus-tratos, temos encontrado muitos animais acorrentados, doentes, machucados, situações causadas por falta de cuidado e responsabilidade dos tutores mesmo", contou Daniele Saad, diretora da Bem-estar Animal.

O levantamento da Diretoria aponta um crescimento no número de denúncias e animais resgatados ano a ano. Em 2018, primeiro ano de funcionamento do órgão, foram contabilizadas 513 denúncias, uma média de 42 por mês e 117 animais resgatados.

Em 2019 as denúncias aumentaram para 559 durante todo o ano, uma média de 46 denúncias por mês e 283 animais foram resgatados. Em 2020 o levantamento aponta que só no primeiro semestre foram contabilizadas 497 denúncias, o que dá uma média de 82 por mês, o dobro dos anos anteriores e 274 animais foram resgatados em 6 meses.

Já em 2021 os números continuam crescendo, nos primeiros três meses foram contabiliza-

zadas 294 denúncias, o que dá uma média de 98 por mês, enquanto que 80 animais foram resgatados no primeiro trimestre.

"Estamos assistindo aos números crescerem ano após ano e precisamos da população para frear esse avanço. Denunciem sim, mas cuidem também de seus animais, façam a castração, adotem e promova a conscientização sobre o respeito aos animais", disse Saad.

DENÚNCIAS - A Diretoria de Bem-estar Animal informa que as denúncias de maus-tratos a cães e gatos devem ser realizadas pelo Disque-Denúncia 0800 647 7755, de segunda a sexta, das 8h às 12h e das 14h às 18h. Fora do horário comercial, as denúncias devem ser direcionadas para a Delegacia de Meio Ambiente (Dema).

NOVA LEI

Porte da CNH não é obrigatória

Da redação

Uma das alterações trazidas pela Lei Federal nº 14.071/2020 é quanto ao porte da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) durante a condução do veículo. Agora, o porte do documento de habilitação será dispensado quando, no momento da fiscalização, o agente da autoridade de trânsito conseguir ter acesso ao sistema informatizado para verificar se o condutor está habilitado.

Antes, era obrigatório o porte da CNH e da Permissão Para Dirigir (PPD), seja na versão impressa ou digital, durante a condução do veículo. Caso não estivesse portando o documento no momento de uma abordagem de trânsito, o condutor cometia in-

fração de natureza leve com multa no valor de R\$ 88,38 e 03 pontos na carteira.

"A dispensa do porte da habilitação é para aqueles casos em que o agente, no momento da fiscalização, tenha meios eletrônicos para verificar se o condutor é habilitado. Sendo possível a checagem durante a abordagem, não será caracterizada infração de trânsito", explicou a gerente de Fiscalização de Trânsito do Detran-MT, Kelli Lopes Felix, lembrando que essa regra já era aplicada no caso do porte do CRLV, documento de Registro e Licenciamento do Veículo.

Ao obter a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) o motorista também pode baixar no celular o aplicativo do

Governo Federal Carteira Digital de Trânsito e ter acesso a sua CNH de forma eletrônica.

Quanto a dispensa do porte da CNH, a gerente de Fiscalização de Trânsito do Detran-MT, Kelli Lopes Felix, faz uma ressalva.

"No momento da condução do veículo, é importante que o condutor tenha consigo a CNH e o CRLV, seja na versão impressa ou digital, uma vez que essa nova regra depende da disponibilidade de meios eletrônicos e internet para que os agentes de trânsito consigam verificar se o condutor é habilitado. E, dependendo do local da abordagem de trânsito, como em alguma estrada, pode não ser possível o acesso à internet para a checagem em sistema, por exemplo", observou.

NOVO GRUPO

Motoristas e garis serão vacinados

Da redação

Moradores de rua, garis, carroceiros, varredores, motoristas de transportes coletivos e catadores de recicláveis, irão compor o programa de imunização contra a covid-19 no grupo de vulnerabilidade social, que será lançado na próxima semana pela Prefeitura de Cuiabá.

"Quero dar prioridade, dentro do que é preconizado pelo Ministério da Saúde, a essas pessoas, porque estão expostas demais. São pessoas

humildes, trabalhadoras, e segundo pesquisa nacional, são o maior número de internados em enfermarias e leitos de UTIs [Unidade de Terapia Intensiva], e isso me angustiou bastante. Cerca de 1,3 mil a 1,5 mil pessoas compõe este grupo que será imunizado conforme a chegada de mais remessas de vacina para a Capital", afirmou o prefeito Emanuel Pinheiro.

Segundo o prefeito, a ação visa atender aqueles se encontram em situação de vulnerabilida-

de. "Segundo pesquisa nacional, publicada pela UOL, essas pessoas ocupam a maior parte dos leitos de enfermarias e UTI. Desta forma, vamos fazer de Cuiabá uma sociedade mais justa, mais solidária, mais respeitosa, mais fraterna, mais humana e mais igualitária. Ao fazer isso também vamos continuar avançando", disse.

Desde o dia 20 de janeiro, a campanha Vacina Cuiabá - Sua vida em primeiro lugar, já imunizou cerca de cem mil pessoas.

CHOQUE DO ICMS

Após polêmica sobre a cobrança de imposto na fatura de abril, governo vai propor isenção fiscal para uso da rede de distribuição de energia

MT quer ampliar isenção da solar

Walt Ratterman/Pixnio



Gabriel Soares

Após a polêmica cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) dos consumidores que têm painéis solares instalados em casa, o governo do Estado anunciou que irá propor ao Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) a isenção da taxa.

Conforme o Estadão Mato Grosso informou em matéria veiculada na última sexta-feira (16), a Energisa passou a cobrar o ICMS sobre a Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) na fatura de abril. A cobran-

ça pegou de surpresa os usuários do sistema de geração distribuída, na qual o consumidor injeta a energia gerada na rede elétrica para posterior compensação. A fatura que costumava vir na faixa de R\$ 55, apenas com a taxa mínima, saltou para mais de R\$ 120 em abril.

O governo admitiu a cobrança do imposto e afirmou que não há ilegalidade. Por meio de nota, o Estado informou que não foi o responsável por pedir a cobrança do ICMS e ressaltou que a isenção para a energia elétrica gerada pelos usuários com painéis solares continua isenta de ICMS. O imposto está sendo calculado apenas sobre o uso do sistema de distribuição, conforme já estabelecido pelo Confaz no Convênio nº 16, de 2015.

“Assim, a concessionária distribuidora de energia elétrica em Mato Grosso, verificando que

não estava observando o disposto na referida cláusula do Convênio nº 16, de 2015, passou a cobrar, a partir de abril deste ano, o ICMS incidente sobre o uso do sistema de distribuição da energia elétrica produzida pela unidade consumidora e injetada na rede”, informou.

Após as reclamações, o governo pretende propor ao Confaz que a isenção de ICMS da energia gerada pelos painéis solares seja estendida para o uso do sistema de distribuição. A proposta ainda precisará ser analisada e votada pelo conselho.

“Vale salientar que, sem a autorização do Confaz, nenhum estado pode isentar o ICMS incidente sobre o uso do sistema de distribuição por energia fotovoltaica injetada na rede, de acordo com o disposto no art. 155, § 2º, XII, ‘g’, da Constituição Federal”, concluiu o governo.



Governo quer estender isenção da energia solar para o uso da rede de distribuição de energia; proposta depende do Confaz

ANO AMARGO

Turismo perdem dinheiro em 2020

Daniel Mello/ ABR

As operadoras de turismo perderam dois terços do faturamento em 2020, segundo o anuário do setor divulgado nesta terça-feira (20) pela Associação Brasileira das Operadoras de Turismo (Braztoa). Segundo o levantamento, o faturamento das empresas caiu de R\$ 15,1 bilhões em 2019 para R\$ 4 bilhões no ano passado.

O número de passageiros transportados caiu pela metade, de 6,5 milhões no ano anterior para 3,3 milhões em 2020. A maior parte

das vendas (77%) ficou concentrada em viagens dentro do Brasil, enquanto o turismo para o exterior respondeu por 23% da renda das empresas no período.

Emprego

A crise causada pela pandemia de covid-19 também afetou o emprego no setor, que perdeu, segundo o anuário, 2,7 milhões de postos de trabalho ao longo de 2020. Os serviços de alimentação foram os que mais demitiram, com o corte de 1,7 milhão de empregos, seguido pelo setor de transporte rodoviário, que reduziu em 559 mil vagas a força de

trabalho e as agências de viagem que demitiram 197 mil pessoas.

Apesar da forte retração, o presidente da Braztoa, Roberto Haro Nedelciu, acredita que, comparando com o cenário mundial, a queda no Brasil não foi tão forte. “Eu acredito que a retração não foi tão grande assim”, disse durante a apresentação dos números. “Os números do Brasil não são significativos, são até melhores do que foram no mundo”.

RETOMADA - O mercado do turismo no país caiu para um patamar inferior ao registrado em

2009, quando o setor faturou R\$ 6,1 bilhões, segundo os dados da Braztoa. Uma retomada para um nível semelhante ao de 2019, Nedelciu avalia que só deve acontecer na metade ou no fim de 2022. “Vai demorar um ano e meio, dois anos para voltar àqueles números”, estimou.

O presidente da associação acredita que quando for possível fazer uma reabertura para uso de toda a capacidade turística, haverá um crescimento na procura. “Tem uma tendência de as pessoas estarem loucas para viajar”, ressaltou.

ANDOU PRA TRÁS

Piscicultura busca o tempo perdido

Da redação

A piscicultura de Mato Grosso já foi a maior do Brasil, mas perdeu espaço no mercado nos últimos anos. Em busca da glória perdida, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sedec) realizou um diagnóstico da cadeia produtiva e dos cenários possíveis para desenvolvimento do setor nos próximos anos. A conclusão é animadora: Mato Grosso tem potencial de expansão e um mercado promissor.

Mato Grosso hoje ocupa a 5ª posição como maior produtor de peixe do Brasil, com cerca de 34 mil toneladas produzidas em 2019. No entanto, seis anos antes o estado ocupava a 1ª posição no ranking nacional, com 75 mil toneladas de peixes, mais que o dobro da produção atual.

Coordenador do Observatório do Agronegócio da Sedec, Sergio Leal aponta que Mato Grosso tem condições para crescer e voltar a ser o primeiro no ranking de produtores, mas para isso precisa investir na profissionalização da aquicultura.

“Isso ocorre pelo fato de que apesar de Mato Grosso ter 98,58% dos municípios produzindo pescado, cerca de 139 municípios, dos 141, muitos ainda produzem forma artesanal e não empresarial e isso faz com que a média produtiva do pescado vá para baixo”, explicou.

Mato Grosso conta com 24 plantas frigoríficas de pescados em operação, das quais cinco possuem o Serviço de Inspeção Federal (SIF) e oito possuem o Serviço de Inspeção Estadual (SISE). Contudo, a maioria delas trabalha com capacidade ociosa,

por falta de integração com o setor produtivo.

A equipe da Sedec agora trabalha para mudar essa situação e estuda alternativas de políticas públicas que ajudem a organizar a cadeia e estimular novos investimentos. Uma das cartas que está sobre a mesa é o investimento de 2 milhões para a melhoria do setor, em ações como abertura de tanques, ampliação de frigoríficos e qualificação profissional. Esse recurso já está sendo aplicado pelo Desenvolve MT, como parte do programa ‘Mais MT’.

O diretor técnico do Instituto de Defesa Agropecuária de Mato Grosso (Indea), Renan Tomazele, diz que o órgão também está investindo em novas tecnologias para dar mais agilidade e melhorar produtividade do setor, com pesquisas em melhoramento genético e mapeamento das espécies nativas.

Outra iniciativa do Indea é o cadastramento dos piscicultores de Mato Grosso, para ampliar o processo de certificação da produção estadual.

“Dessa maneira o Indea levanta as propriedades piscicultoras, conseguindo desenhar o perfil da atividade dentro do estado. Estamos trabalhando para contribuir com a cadeia dos peixes através de certificação do que é produzido de forma simplificada e eficiente”, pontuou.

Atualmente, os peixes mais cultivados no estado são os ‘redondos’, grupo formado pelas espécies pacu, tambacu e tambatinga, que correspondem a 62% da produção do estado. O tambaqui representa 13% e os bagres de couro, formados pelo pintado e surubim ficam com 15% do mercado.

BOX PARA BANHEIRO

Qualidade em Vidros!
Segurança, Durabilidade,
Beleza e Conforto.

CASA DOS VIDROS

☎ 65.3642-3344

FAÇA HOJE MESMO
O SEU ORÇAMENTO!

A pandemia não acabou. Não feche os olhos para ela.

Não é ignorando um problema que ele vai desaparecer, ainda mais quando se trata de uma pandemia. A Covid-19 já tirou a vida de mais de 250 mil pessoas no Brasil. A vacinação está no começo. Portanto, a melhor maneira de lutar contra o vírus ainda é a prevenção.

Prevenir-se é cuidar de você e de quem você ama.

cuiaba.mt.gov.br



Use máscara o tempo todo ao sair de casa



Ao tossir ou espirrar, cubra a boca e o nariz com o antebraço



Respeite o distanciamento social



Não toque olhos, nariz e boca



Higienize sempre as mãos com água e sabão ou álcool em gel



Se tiver febre, tosse e dificuldade respiratória, procure assistência médica



CUIABÁ
PREFEITURA